



PREFEITURA MUNICIPAL RUBINEIA

TERMO DE FOMENTO Nº 013/2024 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RUBINEIA, E A IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SANTA FÉ DO SUL, COM SEDE NO MUNICÍPIO DE SANTA FÉ DO SUL-SP.

TERMO DE FOMENTO Nº 013/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 011/2024

DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2024

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE RUBINEIA**, com sede na Praça Osmar Novais nº700, Centro, nesta cidade de Rubineia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 45.135.043/0001-12, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Osvaldo Lugato Filho, portador do RG nº 18.552.934-3 SSP/SP e do CPF nº 109.399.758-31, com residência e domicílio na Rua Mario de Andrade nº 863 – Centro, nesta cidade de Rubineia/SP e a **IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SANTA FÉ DO SUL**, CNPJ. (MF) nº 50.572.395/0001-75, estabelecida na Rua 03, n.º 1.269, Centro, na cidade de Santa Fé do Sul - SP, e-mail: secretaria@santacasasasfs.com.br, Fone: (17) 3641-9100, neste ato representada por seu **Provedor Senhor JOSÉ BISCASSI**, brasileiro, casado, portador do RG nº 10.865.006-SSP/SP e CPF nº 583.097.808-34, endereço Rua 07, nº 1634, Vila São José, Santa Fé do Sul - SP, resolvem celebrar o presente **TERMO DE FOMENTO**, Processo 011/2024 e Dispensa/Inexigibilidade de Chamamento Público nº 002/2024, na Lei Federal nº 13.019 de 31 de julho de 2014 alterada pela Lei Federal nº 13.204/2015 e posteriores alterações, Decreto Municipal nº 2113 de 12 de janeiro de 2024, Instrução Normativa nº01/2020 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e suas alterações, mediante as seguintes cláusula e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O presente Termo De Fomento Tem Por Objeto, FIRMAR Termo De Fomento Com A Irmandade Da Santa Casa De Misericórdia De Santa Fé Do Sul, Com Sede No Município De Santa Fé Do Sul/SP, Conforme Detalhado No Plano De Trabalho Em Anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR REFERÊNCIA

2.1 – A **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** repassara ao **COLABORADOR** a quantia de **R\$ 22.700,00 (vinte e dois mil e setecentos reais)** mensal, perfazendo um valor total de **R\$ 272.400,00 (duzentos e setenta e dois mil quatrocentos reais)**, anuais conforme Lei Municipal 1831 de 12 de janeiro de 2024.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PLANO DE TRABALHO E DO DESEMBOLSO

3.1 – Os pagamentos serão efetuados conforme Plano de Trabalho anexo, sendo **R\$ 272.400,00 (duzentos e setenta e dois mil quatrocentos reais)**, de janeiro a dezembro de 2024.

3.2 – Os valores serão repassados a partir da assinatura deste TERMO FOMENTO, e, não serão reajustados.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE DURAÇÃO DO TERMO

4.1 – O presente Termo terá vigência até 31/12/2024, podendo ser prorrogado por interesse da **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, em consonância com o Artigo 42, VI da Lei Federal 13.019/14, alterada pela Lei Federal nº 13.204/2015 e posteriores alterações e Caput do Artigo 107, da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUINTA – DA CONSIGNAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 – As despesas decorrentes deste TERMO correrão por conta do orçamento vigente, **02.04.03 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - 3.3.50.43.00 - Subvenções Sociais - Ficha – 125, outras e futuras.**

CNPJ 45.135.043/0001-12

Praça Osmar Novaes, nº 700 – Centro – CEP: 15790-000 – Rubineia – SP

E-mail: licitacao@rubineia.sp.gov.br Fone: (17) 3661 9099



PREFEITURA MUNICIPAL **RUBINEIA**

CLÁUSULA SEXTA – DO OBRIGAÇÕES

6.1 DO COLABORADOR

6.1.1 – Transitar os recursos em conta bancária exclusiva para cumprimento do Termo de Fomento;

6.1.2 – Aplicar os recursos exclusivamente nas finalidades estabelecidas no presente Termo;

6.1.3 – Prestar contas dos recursos recebidos na forma estabelecida na Lei ° 13.019/2014 alterada pela Lei Federal nº 13.204/2015 e posteriores alterações e Instrução Normativa TC 01/2020 do Tribunal de Contas de São Paulo e suas alterações;

6.1.4 – Fornecer dados complementares a Prefeitura Municipal, sempre que solicitado;

6.1.5 – Contabilizar os recursos financeiro repassados pelo representante Termo;

6.1.6 – Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no Termo de Fomento, não implicando responsabilidade solidaria ou subsidiária da **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto do Termo de Fomento ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

6.1.7 – Prestar mensalmente dos valores recebidos e contas finais dos recursos recebidos em até 90 (noventa) dias do término da vigência do Termo de Fomento;

6.1.8 – Dar ampla publicidade divulgando em seu sítio eletrônico ou mural as parcerias celebradas, contendo o objeto, data da assinatura do Termo de Fomento, nome do órgão, responsável pela parceira, valores recebidos e a prestação de contas;

6.1.9 – Desenvolver as seguintes atividades:

a) realizar ações e serviços de assistência social, saúde, educação e ajuda na manutenção do atendimento as pessoas com deficiência intelectual e múltipla, promovendo a inclusão social, profissional e educacional, melhorando a qualidade de vida dos usuários e seus familiares.

6.2 DA ADMINISTRAÇÃO

6.2.1 – Acompanhar e fiscalizar a execução do Termo de Fomento;

6.2.2 – Informar o superior hierárquico sobre quaisquer fatos que comprometam a execução do Termo de Fomento e irregularidades na prestação de contas, e sobre as providências para solucioná-las;

6.2.3 – Emitir o Parecer Técnico conclusivo de análise das contas, fundamentado no Relatório técnico de Monitoramento de Avaliação;

6.2.4. Disponibilizar estrutura (material e equipamentos) para as atividades de monitoramento e avaliação;

6.2.5 – A comissão de Seleção, Monitoramento e Avaliação, nomeada por meio de Decreto Municipal nº 2113 de 12 de janeiro de 2024, será composta por agentes públicos dos quais 2/3 devem ser titulares de cargos permanentes;



PREFEITURA MUNICIPAL RUBINEIA

6.2.6 – A Comissão de Seleção, monitoramento e Avaliação deverá realizar visitas no local da prestação dos serviços, podendo valer-se do apoio técnico de terceiros, que redigirão o Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação da Parceira, que será submetido à homologação pela Comissão;

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES DO COLABORADOR

7.1 – Arcar com eventuais prejuízos causados, por dolo ou culpa, a **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** e/ou a terceiros, provocados, por ineficiência ou irregularidades cometidas por seus empregados, filiados ou preso postos, na execução dos serviços, objeto do presente termo;

7.2 – As despesas dietas ou indiretas tais como: encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem, de classe, indenizações civis e quaisquer outras que forem devidas a empregados do **COLABORADOR** no desempenho dos serviços para o cumprimento deste termo, ficando ainda a **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, isenta de qualquer vínculo empregatício;

CLÁUSULA OITAVA – DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

8.1 – O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos participantes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

8.2 – Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante da **ORGANOZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL** para:

- I – realização de despesas a título de taxa de administração, de gerencia ou similar;
- II – finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;
- III – realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;
- IV – realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;
- V – realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de promoção social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridade ou servidores públicos; e
- VI – repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;
- VII – pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceira, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

8.3 – As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

- I – quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;
- II – quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Fomento;
- III – quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** ou pelos órgãos de controle interno ou externo;

8.4 – Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

CLÁUSULA NONA – DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

CNPJ 45.135.043/0001-12

Praça Osmar Novaes, nº 700 – Centro – CEP: 15790-000 – Rubineia – SP

E-mail: licitacao@rubineia.sp.gov.br Fone: (17) 3661 9099



PREFEITURA MUNICIPAL RUBINEIA

9.1 - A execução deste Termo será acompanhada e fiscalizada pelo **Sr. Patricia Lourenço Rodrigues** e pela Comissão de Seleção, Monitoramento e Avaliação, nomeada pelo Decreto Municipal nº 2113 de 12 de janeiro de 2024, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014 alterada pela Lei Federal nº 13.204/2015 e posteriores alterações.

9.2 - O relatório técnico a que se refere o art. 59 da Lei n.º 13.019/2014 alterada pela Lei Federal nº 13.204/2015 e posteriores alterações, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

I - descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II - análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III - valores efetivamente transferidos pela administração pública;

IV - análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo Termo de Fomento ou de fomento;

V - análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

9.3 - Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

I - retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

II - assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

9.4 - Responderão solidariamente o Gestor e a Comissão de Seleção, Monitoramento e Avaliação por fatos inverídicos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

10.1 - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

I - extrato da conta bancária específica;

II - notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria;

CNPJ 45.135.043/0001-12

Praça Osmar Novaes, nº 700 – Centro – CEP: 15790-000 – Rubinéia – SP

E-mail: licitacao@rubineia.sp.gov.br Fone: (17) 3661 9099



PREFEITURA MUNICIPAL RUBINEIA

- III - comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;
- IV - material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;
- V - relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso; e
- VI - lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.

§ 1.º Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

§ 2.º A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até noventa dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.

10.2 - A prestação de contas relativa à execução do Termo de Fomento ou de fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:

I - relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

II - relatório de execução financeira do Termo de Fomento ou do termo de fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

10.3 - A **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

I - relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;

II - relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela Comissão de Seleção, Monitoramento e Avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de Fomento ou de fomento.

10.4 - Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei nº 13.019, de 2014 alterada pela Lei Federal nº 13.204/2015 e posteriores alterações, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:

I - os resultados já alcançados e seus benefícios;

II - os impactos econômicos ou sociais;

III - o grau de satisfação do público-alvo;

IV - a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

10.5 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** observará os prazos previstos na Lei nº 13.019, de 2014, alterada pela Lei Federal nº 13.204/2015 e posteriores alterações devendo concluir, alternativamente, pela:

I - aprovação da prestação de contas;

II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou

CNPJ 45.135.043/0001-12

Praça Osmar Novaes, nº 700 – Centro – CEP: 15790-000 – Rubineia – SP
E-mail: licitacao@rubineia.sp.gov.br Fone: (17) 3661 9099



PREFEITURA MUNICIPAL RUBINEIA

III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

10.6 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

§ 1º O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

10.7 - A **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até cento e cinquenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.

Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do caput sem que as contas tenham sido apreciadas:

I - não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;
II - nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.

10.8 - As prestações de contas serão avaliadas:

I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II - regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

III - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

- a) omissão no dever de prestar contas;
- b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
- c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
- d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

10.9 - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

CNPJ 45.135.043/0001-12

Praça Osmar Novaes, nº 700 – Centro – CEP: 15790-000 – Rubineia – SP
E-mail: licitacao@rubineia.sp.gov.br Fone: (17) 3661 9099



PREFEITURA MUNICIPAL RUBINEIA

10.10 - Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no Termo de Fomento ou de fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

10.11 - Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

11.1 - O presente Termo de Fomento/termo de fomento poderá ser:

I - denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

II - rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

- a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
- b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
- c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e
- d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

11.2 - A inexecução total ou parcial do presente Termo enseja a sua rescisão, com as consequências previstas na Lei Federal nº 13.019/2014 alterada pela Lei Federal nº 13.204/2015 e posteriores alterações.

11.3 - A rescisão poderá dar-se mediante acordo das partes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DAS PENALIDADES

Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho, a **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes penalidades:

12.1 - advertência;

12.2 - suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar termos de fomento, termos de colaboração e contratos com órgãos e entidades da esfera de governo da **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** sancionadora, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

12.3 - declaração de inidoneidade para participar em chamamento público ou celebrar termos de fomento, termos de colaboração e contratos com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação



PREFEITURA MUNICIPAL RUBINEIA

perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II deste artigo.

12.4. A sanção estabelecida no item 12.3, conforme o caso, é facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

11.1 - Será de responsabilidade da **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, providenciar a publicação deste Termo, nos termos da legislação vigente, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA DECIMA QUARTA - DAS ALTERAÇÕES

12.1 - Este Contrato poderá ser alterado ou prorrogado, nos casos previstos pelo disposto na Lei n.º 13.019/2014 e suas alterações, sempre através de Termo Aditivo, numerado em ordem crescente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS

13.1 - Os casos omissos e os que se tornar controvertido em face das presentes cláusulas, serão resolvidos administrativamente entre as partes, de acordo com a legislação pertinente.

CLÁUSULA DECIMA SEXTA - DO FORO

14.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Santa Fé do Sul-SP, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Termo de Fomento.

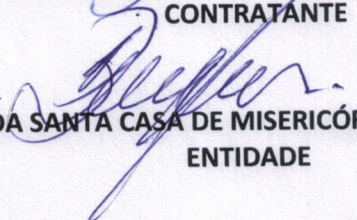
CLÁUSULA DECIMA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 - Integram este Termo, para todos os fins de direito, Plano de Trabalho, demais documentos exigidos pela Lei federal n. 13.019/2014, alterada pela Lei Federal nº 13.204/2015 e posteriores alterações.

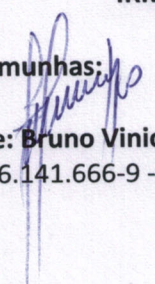
E, assim por estarem de acordo, ajustados e contratados, após ser lido e achado conforme, as partes, a seguir, firmam o presente Termo, em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas e será arquivado no setor de Controle Interno do Município.

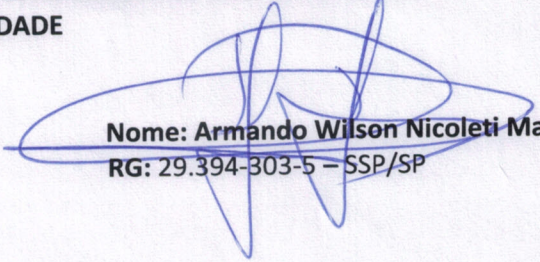
Rubineia-SP, 23 de janeiro de 2024.


PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE RUBINEIA - SP.
CONTRATANTE


IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SANTA FÉ DO SUL
ENTIDADE

Testemunhas:


Nome: Bruno Vinicius Favaretto
RG: 46.141.666-9 - SSP/SP


Nome: Armando Wilson Nicoleti Martin
RG: 29.394-303-5 - SSP/SP

CNPJ 45.135.043/0001-12

Praça Osmar Novaes, nº 700 – Centro – CEP: 15790-000 – Rubineia – SP
E-mail: licitacao@rubineia.sp.gov.br Fone: (17) 3661 9099